

## PIONEIRAS NA EDUCAÇÃO: AS PROFESSORAS PRIMÁRIAS NA VIRAGEM DO SÉCULO

**Contextos, percursos e experiências, 1870-1933**

[Helena Costa Araújo, *Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, Percursos e Experiências, 1870-1933*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, col. Memórias da Educação, 2000, 432p.]

*Clara Moura Lourenço*

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Este livro, que o Instituto de Inovação Educacional agora publica em Portugal, é o resultado de um trabalho de investigação realizado por Helena Costa Araújo para a sua dissertação de doutoramento apresentada à Open University do Reino Unido. Trata-se de uma obra essencial para a compreensão das dinâmicas social e política que, em Portugal, fizeram da “actividade de ensinar na escola primária” um trabalho de mulheres realizado na “esfera pública”. Clarifica também uma ambiguidade frequentemente verificada na História das Mulheres que, segundo a autora, leva a confundir o que as mulheres fizeram com aquilo que “os homens pensaram que deveriam fazer”. Para além da atenção dedicada à análise das estruturas tradicionalmente responsabilizadas pela subalternidade das mulheres, o trabalho apoia-se também em histórias de vida, fazendo ecoar as vozes das professoras e trazendo até nós a sua experiência em discurso directo. A autora afirma a sua intenção de evidenciar “os constrangimentos que têm operado sobre as vidas femininas”, procurando compreender as formas como “as mulheres construíram activamente as suas vidas muitas vezes resistindo a essas pressões” (20).

A obra estrutura-se em duas partes correspondendo a dois períodos da História de Portugal — 1870-1910/ 1910-1933 — separados por um acontecimento de grande significado político que foi a Implantação da República. Nos quatro capítulos da primeira parte, a autora analisa a forma como as políticas do Estado e os discursos sobre a educação, particularmente sobre a educação das raparigas, após a Reforma da Educação de 1878, contribuíram para a “feminização” do ensino tanto no que diz respeito à frequência da escola pelas raparigas como no que se refere à incorporação das mulheres no mundo do trabalho enquanto professoras. Da leitura desta primeira parte podemos depreender que o recurso a “uma força de trabalho feminina”, que se desenvolve paralelamente à progressiva construção da escola de massas, assenta em pressupostos de natureza ideológica sobre as capacidades das mulheres enquanto educadoras de que davam provas, na esfera doméstica, como mães e como preceptoras. O facto de desempenharem actividades de ensino no espaço doméstico poderá ter inspirado o Estado na formulação de políticas educativas que lhes abriam as portas de entrada na escola de massas como professoras. Com efeito, embora o debate público travado nos finais do século XIX princípios do século XX sobre a “natureza” das mulheres tenha revelado tendências antagónicas quanto aos objectivos da sua educação, devendo prepará-las para os deveres domésticos e a submissão conjugal, segundo uns, promover a sua

autonomização, desenvolver as suas capacidades e alcançar melhores condições de vida, segundo outros, ninguém contestava a adequação da actividade de ensinar à própria natureza das mulheres, sobretudo no ensino primário, actividade entendida como um prolongamento da própria maternidade. H. C. Araújo conclui a primeira parte deste trabalho salientando a ideia de que entre 1870 e 1910, quando a escola de massas, enquanto iniciativa do Estado, se desenvolvia em Portugal, “emergiu a perspectiva de que as mulheres teriam qualidades inerentes para o ensino de crianças nas escolas primárias. Como professoras eram percebidas como educadoras de crianças pequenas, devido à sua ternura e afeição “natural”, mas como mulheres eram consideradas como fracas e intelectualmente limitadas” (147).

Na segunda parte, partindo de uma contextualização sociopolítica que evidencia as dificuldades das mulheres no acesso ao mercado de trabalho e à sua participação na vida pública, é traçado o percurso de consolidação da actividade de ensino na escola primária como “profissão de mulheres”, contrariando por vezes uma intencionalidade política de conter este impulso. O período analisado subdivide-se em dois: a República e o Estado Novo.

Nos capítulos 5 e 6, é desenvolvida a ideia de alguma contradição entre os discursos republicanos oficiais que, informados pelos ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, por um lado, apontavam para um “equilíbrio justo dos sexos”, nomeadamente com as medidas de coeducação ou ainda as que asseguravam direitos básicos iguais para professoras e professores no acesso a formas de educação e formação e o direito de auferir o mesmo salário, e por outro lado colocavam a ênfase na imagem do professor como “missionário”, “líder da comunidade”, “árbitro da nação”, uma imagem mais consentânea com os padrões masculinos da época. Daí que o nível de ensino considerado mais adequado à actividade das mulheres seja o jardim de infância e os primeiros anos do ensino primário em que os cuidados requeridos pelas crianças estão mais próximos dos que são dispensados por uma mãe do que por uma professora. Os professores, “árbitros dos destinos morais da Pátria”, deveriam assegurar a instrução nos últimos anos da escola primária.

A Ditadura Militar que dá origem ao Estado Novo é apresentada como um marco significativo, implicando mudanças que vão afectar globalmente o sistema de ensino. Começa pela suspensão do regime de coeducação nas escolas primárias e pela apologia de uma escola ao serviço de uma nova ordem que transmitisse os valores centrais da nação. As medidas tomadas indicam uma clara intenção de distanciamento relativamente à escola republicana, contrariando os esforços desenvolvidos para a realização da escola de massas e “procurando reduzir expectativas de mobilidade social” (199). A separação dos sexos obedecia a uma intenção moralizadora e trazia consigo uma diferenciação dos conteúdos de ensino valorizando a educação doméstica das raparigas e, por consequência, a aprendizagem do seu papel social de subordinação ao homem. A imagem da feminilidade e do papel social da mulher enquanto esposa, mãe e dona de casa não podia deixar de influenciar as condições em que as mulheres professoras viriam a estruturar a sua vida profissional. A autora confirma-nos essa influência quando afirma que “como mulheres, era esperado que se conformassem com regras estritas de comportamento moral e

tivessem como preocupação central tudo o que respeitasse aos deveres domésticos; como professoras, o seu papel profissional era muito mais condicionado pelas imagens da vida familiar e o seu papel como mães de crianças pequenas.” (272). Perante este quadro de expectativas poderia pensar-se que, no exercício da profissão, o papel das mulheres reforçava as imagens tradicionais de feminilidade e masculinidade. No entanto, um dos muitos méritos deste estudo consiste na valorização do pioneirismo das mulheres que, abraçando a profissão em condições pouco aliciantes, souberam impor-se socialmente e, usando a profissão, intervir a favor dos direitos das mulheres, constituindo prova disso algumas histórias de vida que testemunham o elevado grau de autonomia com que conduziram as suas vidas pessoais e profissionais.

Situando-nos no campo dos estudos sobre as mulheres, podemos concluir que esta obra oferece um valioso contributo para a compreensão dos contextos sociopolíticos que fizeram emergir uma área de actividade profissional onde as mulheres encontraram formas de investir a esfera pública e, pela sua acção, promover novas representações sociais da imagem da mulher e do seu papel na sociedade. O facto de, para além dos textos oficiais relativos às políticas educativas do Estado, a autora recorrer a fontes não convencionais, como os romances e as histórias de vida, introduz uma dimensão inovadora, apoiada do ponto de vista teórico em autores como Ferrarrotti e Stanley, que leva a considerar a subjectividade e os pontos de vista dos actores sociais não representados nos discursos oficiais como elementos significantes na construção dos significados das nossas leituras e interpretações. Como a própria autora afirma, estes elementos são fundamentais para a “construção da *História das Mulheres*, fornecendo-nos o sentido do envolvimento activo das mulheres que procuram construir vidas com sentido, de formas diversas” (320).

*Pioneiras na Educação* é por isso uma obra de interesse muito mais abrangente do que poderia pressupor-se pelo simples título com que se anuncia. A sua leitura recompensará, certamente, não apenas quem a ela se aventurar por razões científicas mas também aquelas pessoas que apenas procuram compreender melhor o mundo em que vivem.